

Golpe militar de 1964, crime contra o Brasil

Pedro Estevam da Rocha Pomar

O sexagésimo aniversário do golpe militar de março-abril de 1964 deve levar a sociedade brasileira a refletir sobre suas gravíssimas e duradouras consequências. Afinal de contas, há pouco mais de um ano, em 8 de janeiro de 2023, assistimos a uma tentativa de golpe contra o recém-empossado presidente Luis Inácio Lula da Silva, eleito em 2022. Apesar de distantes no tempo quase seis décadas, os dois eventos guardam forte relação.

O golpe militar de 1964, planejado conjuntamente por militares, empresários e até governadores (como Carlos Lacerda e Magalhães Pinto), derrubou o presidente João Goulart e instalou a longeva Ditadura Militar (1964-1985), que reprimiu sindicatos e greves, rebaixou salários e cortou direitos trabalhistas, removeu magistrados, cassou direitos políticos de milhares de cidadãos e cidadãs, proibiu a liberdade de cátedra e a liberdade artística, interveio nas universidades e no ensino de forma geral e, ainda, ensanguentou o país ao torturar e assassinar centenas de militantes de grupos de esquerda que resistiram às suas imposições.

Ademais, **a Ditadura Militar é responsável pela morte de pelo menos 8.350 indígenas**, segundo apurou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), cujo relatório final foi publicado em 2014. Atenção: “O número real de indígenas mortos no período deve ser exponencialmente maior, uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas afetados foi analisada” (volume II, p. 205).

Quando foi deposto, o presidente Goulart, conhecido como Jango, preparava-se para implantar as chamadas “reformas de base”, que incluíam a reforma agrária, a reforma universitária, a reforma eleitoral etc. No famoso comício de 13 de março na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, semanas antes do golpe, Jango anunciou a criação da Superintendência da Reforma Agrária (Supra) e a encampação, pela União, das cinco refinarias privadas de petróleo então existentes, de modo a fortalecer o monopólio da Petrobrás.

Assim, o golpe militar de 1964, e o regime ditatorial resultante, tinham a finalidade de bloquear o desenvolvimento autônomo e soberano do Brasil, por um lado; e acelerar a acumulação de capital das grandes empresas nacionais e multinacionais, por outro lado. O golpe beneficiou o grande capital interno e externo e os interesses do imperialismo norte-americano. Por essa razão os golpistas de 1964 contaram com forte apoio dos EUA, que chegaram a deslocar para o Brasil uma poderosa força naval, para intervir militarmente se necessário (“Operação Brother Sam”).

As Forças Armadas foram a espinha dorsal do golpe e da Ditadura Militar. As lideranças políticas civis que apoiaram a tomada ilegal do poder, acreditando que os militares logo se retirariam de cena, acabaram sendo perseguidas. Carlos Lacerda chegou a ser preso. O ex-presidente Juscelino Kubitschek morreu em circunstâncias suspeitas.

O presidente Lula erra, redondamente, ao proibir que seus ministros relembrem e repudiem o golpe de 1964 e a Ditadura Militar. Ambos têm que ser estudados, conhecidos e lembrados para que nunca mais ocorram! As Forças Armadas precisam passar por uma profunda reforma democrática, para que os militares se subordinem ao poder civil. As Polícias Militares precisam ser desmilitarizadas. **Chega de tutela militar sobre a sociedade civil!**

É preciso destacar o caráter de classe do golpe militar de 1964. É preciso lembrar e reiterar que o principal alvo das Forças Armadas, em 1964 e nas duas décadas seguintes, eram a classe trabalhadora urbana e rural e os pequenos camponeses. Foram as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros que sofreram arrocho salarial e perda de direitos – especialmente o direito de organização e de manifestação. A Ditadura Militar agravou as profundas desigualdades sociais que caracterizam a sociedade brasileira.

Ainda hoje são os pobres das periferias, especialmente a juventude negra, quem sofre o terrorismo de Estado praticado pela Polícia Militar. Que o diga a Baixada Santista, **que o digam os crimes de Maio de 2006**. As PMs já existiam antes da Ditadura Militar, exceto a de São Paulo. Mas quem as centralizou foram os generais, a partir de 1968. E foi por pressão do Exército que as PMs foram mantidas na Constituição de 1988. Tropas de ocupação cujo inimigo é o povo pobre e periférico e os movimentos

sociais.

Por fim, como recomenda o relatório final da CNV, é preciso punir, dentro da lei, militares e civis que, a serviço da Ditadura Militar, torturaram, sequestraram, assassinaram e fizeram desaparecer os corpos de militantes de esquerda e outras vítimas do aparato de repressão política. Aliás, como citado aqui por Sérgio Gomes, ao julgar o caso Herzog, em 2015, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos ordenou ao Estado brasileiro a anulação da autoanistia que os militares decretaram em 1979 (lei 6.683/79). Entendimento que foi ratificado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) em 2018.

A impunidade dos militares de 1964, bem como a continuidade, nas Forças Armadas, das visões reacionárias e das antigas estruturas, ceavam fenômenos como o neofascismo e um permanente sentimento golpista, que estavam presentes no 8 de janeiro de 2023. Os militares têm sido o gendarme do *apartheid* social, econômico e político. Até quando?